

Título: Educação Distância:
uma alternativa
para atendimento
a Jovens e Adultos

Autor: Maria Luiza Pereira

Data: 15 a 17/08/1994

SIMPÓSIO: POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
MEC/SEF - 15 a 17/08/1994 Campo Grande -MS

EDUCAÇÃO DISTÂNCIA - uma alternativa para atendimento a jovens e adultos

Maria Luiza Pereira Angelim
Professora da Faculdade de Educação
Universidade de Brasília

Considerando publicações(1) que expressam as contribuições mais recentes de estudiosos sobre os temas Educação de jovens e adultos e Educação distância no Brasil e, tendo presente o debate que envolveu a elaboração do Projeto de Lei n. 1.258-C de 1988 que fixa diretrizes e bases da educação nacional, entendemos como oportuno destacar alguns pontos para nossa reflexão sobre EDUCAÇÃO DISTÂNCIA - UMA ALTERNATIVA PARA O ATENDIMENTO DE JOVENS E ADULTOS.

- PROJETO DE SOCIEDADE BRASILEIRA

Inserida no ambiente constituído pelo capitalismo contemporâneo, a sociedade brasileira expressa seus traços mais marcantes(2) como o desemprego estrutural (gera excluídos), o monetarismo e capitalismo financeiro como motor principal da economia (desvaloriza o trabalho), a terceirização estrutural (fragmenta e dispersa todas as esferas da produção), a ciência e tecnologia como forças produtivas (aumenta exigências de qualificação para o trabalho e monopoliza os conhecimentos e informações), a privatização estrutural (dispensa do Estado como agente econômico e promotor/executor de políticas sociais), a transnacionalização da economia (toma o Estado nacional desnecessário) e a coexistência do chamado 1o. e 3o. mundo em cada país.

Educar jovens e adultos nesta sociedade, assim estruturada, supõe inseri-los, antes de tudo, como CIDADÃOS na projeto de construção de uma nova sociedade, por razões de sobrevivência da espécie humana(3), assumindo todas as implicações político-pedagógicas que esta opção representa.

- REDEFINIÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO NACIONAL EDUCAÇÃO SEM DISTÂNCIA

Enquanto a educação realizava-se precariamente na manutenção do modelo escolar, ao longo dos últimos 30 anos a elite governante investiu vultosos recursos públicos na construção de uma infra-estrutura tecnológica, sobretudo de telecomunicações, possibilitando uma significativa oferta em âmbito nacional de serviços de telefonia, fax, correio, rádio, televisão, rede telemática, permitindo interatividade. Temos, pois, uma SOCIEDADE TECNOLÓGICA e é, neste contexto, que a Educação precisa ser redefinida como Sistema. Ou seja, não se trata de constituir a Educação distância (agora sem distância) como um sistema paralelo, complementar ou mesmo uma modalidade de ensino. Define-se um SISTEMA DE EDUCAÇÃO no qual as linguagens tecnológicas PRESENTES na SOCIEDADE necessitam ser apropriadas, criticamente, nos espaços educativos organizados de forma criativa e adequada aos SUJEITOS APRENDIZES sejam crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos. Supera-se a dicotomia imposta pelo paradigma positivista mecanicista de oposição excludente entre o presencial e distância para resgatar a SINGULARIDADE - a natureza própria, no tempo e no espaço, de cada uma destas relações educativas, exercitando o princípio da complementaridade. Supera-se, igualmente a dicotomia mecanicista determinística de causa e efeito no chamado processo ensino-aprendizagem, possibilitando efetivamente o processo de INDIVIDUAÇÃO (4) de cada sujeito aprendiz, isto é, a sua SINGULARIDADE.

Tal proposta implica, necessariamente, na redefinição do papel do professor e demais profissionais da educação e da organização da aprendizagem, considerando:

- a) o resgate da singularidade da interação pedagógica PRESENCIAL como troca de energias humanas, diante das potencialidades das novas linguagens tecnológicas (som, imagem, cor, movimento).
- b) a escola pública como espaço cultural de encontro da comunidade entorno para o exercício da gestão democrática das políticas públicas e preservação de sua identidade.
- c) o ambiente de trabalho como espaço educativo exige a organização da aprendizagem incorporando as novas linguagens tecnológicas com possibilidade interativa.
- d) o professor como educador de sujeitos aprendizes com amplo acesso às fontes de informações, utilizando as várias linguagens tecnológicas disponíveis, requerendo para tal um trabalho coletivo dos profissionais da educação.
- e) a organização da aprendizagem ABERTA, implicando no fortalecimento da autonomia do sujeito aprendiz na sua experiência individual e na sua aprendizagem no grupo.
- f) a EDUCAÇÃO CONTINUADA OU PERMANENTE impõe-se como decorrência do entendimento e viabilidade objetiva do SER APRENDIZ.
- g) a efetividade da Educação Básica no MUNICÍPIO exige recursos financeiros redimensionados em função da Valorização do professor (piso salarial, carreira, condições de trabalho, educação continuada), dos demais profissionais da educação e da infraestrutura tecnológica necessária.

- POSSIBILIDADES ATUAIS DA EDUCAÇÃO DISTÂNCIA COMO ALTERNATIVA

A partir de 1993, intensificaram-se medidas de governo no sentido de constituir uma base inicial para o chamado SINEAD- Sistema Nacional de Educação distância vez que o Projeto da LDB até então não foi aprovado. Tais medidas como Protocolo de cooperação N. 003/93 de 26.05.93 entre MEC e MINICOM; Termo de Cooperação N.004/93 de 03.10.93 entre MEC/UNB; Convênio de Cooperação Técnica N.006/93 de 08.12.93 entre MEC, MINICOM, MC, MCT, EMBRATEL, ECT, TELEBRÁS, CRUB, CONSED, UNDIME; Consórcio Interuniversitário de Educação distância entre Universidades públicas brasileiras com sede da secretaria executiva na UnB, Cátedra UNESCO de Educação distância na UnB revelam uma possibilidade mais próxima de viabilizar uma nova cultura tecnológica na educação com apoio das Universidades e integração das experiências existentes a nível municipal, estadual e federal. Integram-se neste esforço a cooperação internacional de países como a França, Espanha, Alemanha e Inglaterra, enquanto tendência da educação mundial.

Como parte destas iniciativas a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília está oferecendo o primeiro Curso de Especialização em Educação Continuada e Distância no âmbito do Consórcio Interuniversitário para alunos que integram as coordenações estaduais do Programa SALTO PARA O FUTURO coordenado pelo MEC/CODEAD.

Consideramos bastante oportuna uma aproximação e integração cada vez maior entre as referidas iniciativas e as experiências de Educação de Jovens e Adultos, principalmente nos níveis de governos municipais e estaduais.

- INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NECESSÁRIAS

EDUCAÇÃO <-> CULTURA <-> COMUNICAÇÃO <-> CIÊNCIA & TECNOLOGIA

PODERES EXECUTIVO/LEGISLATIVO/JUDICIÁRIO/SOCIEDADE CIVIL, em particular AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES e ESTUDANTES

A fragmentação existente nas políticas públicas de Educação, Cultura, Comunicação, Ciência e Tecnologia é resultado de um processo histórico que reduziu a Educação ao ENSINO ESCOLAR. O desafio que hoje se impõe como necessário é o esforço de integração, ou melhor, do RESGATE do indivisível, recuperando a concepção original da EDUCAÇÃO (conduzir para fóra) comprometida com a sobrevivência do SER HUMANO.

O processo democrático tem se consolidado, superando progressivamente as dificuldades advindas do aprendizado na prática das novas gerações cassadas, politicamente, deste

grande exercício conquistado pela experiência humana. Construir uma nova cultura de Educação requer a participação ativa e constante de todos os atores sociais, daí a importância de um trabalho conjunto prioritariamente no âmbito da educação pública.

NOTAS:

1. INEP. Em Aberto-Tendências da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores. Brasília. Ano 11, n.56, out/dez.1992
INEP. Série Documental. Eventos: Semana Nacional de Educação distância-7e8/12/93. n.3, dez. 1993.
AMBROSIO, Ubiratan D. Ciências, Informática e Sociedade: uma coletânea. Brasília. Texto integrante do Curso de Especialização em Educação Continuada e Distância. Universidade de Brasília, 1994.
HADDAD, S. e DI PIERRO, M.C. Diretrizes da Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Consolidação de documentos 1985/1994. São Paulo, agosto, 1994. (mimeo)
2. CHAUI, Marilena. Folha, São Paulo, 24.04.94.
3. AMBROSIO, Ubiratan D. Pensamento Inquieto. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1993.
AMBROSIO, Ubiratan D. (Org). Pensamento Inquieto. Cadernos de Extensão. Decanato de Extensão. Universidade de Brasília, 1993.
4. JUNG, C. G. O Eu e o Inconsciente; tradução de Dora Ferreira da Silva. Petrópolis, Vozes, 1979.